

ATRIBUTOS DA COMUNIDADE FULNI-Ô COMO DELINEADORES DA GOVERNANÇA DA ÁGUA

GÉSSIKA MARIA GAMA CAMBRAINHA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

CARLA REGINA PASA GÓMEZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

ATRIBUTOS DA COMUNIDADE FULNI-Ô COMO DELINEADORES DA GOVERNANÇA DA ÁGUA

1. Introdução

Ao buscar soluções para os problemas ambientais de modo a atingir aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) o saber científico pode se beneficiar da integração com outros tipos de conhecimento, como dos povos tradicionais (CALAZANS *et al.*, 2019). Os povos indígenas, especificamente, compartilham um tipo de conhecimento e gestão sobre as questões ambientais que se distingue de uma forma que não pode ser comparado com outros tipos de conhecimento (ZIMMERLI; SIENA, 2013).

Em se tratando do ODS nº 6 "assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos" é preciso desassociar a ideia que se estabeleceu na ciência política, econômica e conseqüentemente na administração pública de que existe uma única forma para governar os recursos comuns, e que esta se daria através de um controle externo.

As concepções teóricas que deram sustentação a esse pensamento partiram por um lado do pensamento contratualista, que perdurou por muito tempo, declarando que o controle dos sistemas de gestão dos recursos hídricos precisava estar sob o controle centralizado pelo Estado (BOBBIO, 2007). Por outro lado, ideias de uma linha mais liberal do Estado incentivaram a adoção de posturas voltadas para o controle de recursos como a água com participação da iniciativa privada (BOBBIO, 2007).

Outras formas de organização para gerenciamento de recursos de uso comum, no entanto, se mostraram também eficientes em algumas circunstâncias. Em muitas situações, mesmo sem o controle externo, grupos de pessoas conseguiram decidir sobre um recurso compartilhado e encontraram resultados satisfatórios para todos e para o meio ambiente. Esses casos foram estudados por Elinor Ostrom (1990) resultando no desenvolvimento de uma teoria da governança dos bens comuns.

Tendo em vista que as descobertas com base nos resultados e nas interações em uma situação de ação não são necessariamente válidas em outra situação, dado que cada evento terá características distintas de condições biofísicas, regras em uso e atributos da comunidade, o conhecimento gerado por estudos com essa perspectiva pode ficar limitado. A teoria desenvolvida por Ostrom (1990) nos leva ao entendimento de que modelos nos quais o controle é exercido externamente pelo governo ou pela iniciativa privada não levam à uma maior eficiência no uso dos recursos. No entanto, quando a regulação é realizada por meio de um sistema no qual os atores envolvidos tomem suas decisões através de acordos entre si, pode ser mais eficiente.

Ao fazer uso da água que se encontra em seu território, uma comunidade indígena, que prioriza o interesse coletivo pela sua própria organização social (CREPALDE; GRECHI; SOUSA, 2022) estabelece naturalmente uma espécie de governança da água em um sistema policêntrico (OSTROM, 1999). Por ter autonomia sobre os assuntos que concernem ao seu território e aos recursos que nele se encontram, formam um grupo que seria capaz de tomar decisões em busca de um bem comum.

Assim, a atuação de grupos autogovernados no Brasil poderia levar a um consumo sustentável da água, uma vez que os interesses e motivações dos participantes do processo estão voltados para esse objetivo. Portanto, considerar a presença de mecanismos subjacentes, que estão continuamente ativos e relacionados às características associadas a uma situação de ação, pode levar a um conhecimento mais duradouro.

Nesse ponto é preciso considerar que se há questões encobertas no problema de garantir um uso sustentável da água por meio de uma gestão integrada requer uma perspectiva que ultrapassasse as análises mais superficiais e permita alcançar uma compreensão sobre quais elementos seriam responsáveis pelas ações que levam a falta de coordenação e desigualdade

percebida na gestão da água, podendo prejudicar o alcance da sustentabilidade. Assim, tendo como ponto de partida uma concepção realista, qualquer tentativa de explicação da realidade da governança da água é capaz de analisar os atributos da comunidade diante de sua condição natural e desse modo contribuir para o conhecimento sobre as interações e situações de ação, e consequentemente sobre o sistema como um todo.

Ou seja, para entender como a governança da água atua no nível das comunidades, e de que forma essa atuação pode levar a sustentabilidade, é preciso conhecer a estrutura social que governa as ações dos atores que estão envolvidos nesse cenário. Por isso, **esse artigo objetiva analisar os atributos da comunidade, no sentido das características dos atores que atuam na governança, as relações que são estabelecidas entre eles e como são formadas**. Para isso, este artigo recorre a uma pesquisa com especialistas em governança da água para avançar na construção de um conjunto de indicadores que foram validados em um estudo de caso de uma comunidade indígena auto-organizada na governança da água no agreste pernambucano.

A discussão se justifica pela urgência em debater o tema da governança da água ainda mais iminente em regiões que enfrentam uma situação de crise hídrica permanente, como o estado de Pernambuco. Esse estado possui áreas de clima semiárido com baixos índices de pluviométricos e pouco potencial de acumulação de água, solos rasos e uma grande rede de rios temporários somada a uma alta variabilidade climática, que provoca eventos recorrentes e extremos de seca (AGÊNCIA PERNAMBUCANA DE ÁGUAS E CLIMA, 2017), nas quais, consequentemente, a população tem o abastecimento reduzido em tempos de estiagem (URTIGA et al., 2013). A atuação de uma governança nesse cenário torna-se instrumento fundamental para garantia do direito de acesso à água por todos.

O caso escolhido é o da aldeia Fulni-ô em Águas Belas, no agreste de Pernambuco, uma comunidade indígena que possui nascentes de água em seu território e se organiza autonomamente para conviver com esse recurso. A principal característica que evidencia os Fulni-ô como um caso a ser analisado é o fato de que, diferente de outras comunidades indígenas que compartilham a posse do território coletivamente, na aldeia Fulni-ô a posse do território é separada individualmente por lotes de terra. Ou seja, cada indivíduo ou família detém o poder sob sua fatia do terreno e sob os recursos nela disponíveis.

2. A governança da água

As contribuições teóricas de Ostrom trouxeram um avanço no sentido de unificar um campo de pesquisa, uma vez que a precisão nas definições dadas aos elementos permite uma coerência nos estudos (BARTON *et al.*, 2017; HEIKKILA; GERLAK, 2019). No entanto, o cerne do trabalho de Ostrom (1990) está na proposição IAD Framework, uma ferramenta que auxilia na construção de modelos e aplicação de teorias sobre governança de qualquer recurso que tenha as características de recurso comum (KUZMA *et al.*, 2018).

Com o uso de *framework*, é possível isolar analiticamente os elementos que afetam imediatamente o processo de interesse para uma investigação e assim buscar o entendimento das ações humanas e resultados em uma situação particular, chamada de situação de ação. O conceito da situação de ação corresponde ao espaço social onde os indivíduos interagem, sendo formado pelos atores, as suas posições, as informações disponíveis, a rede de custos e benefícios e os resultados potenciais. Sendo assim, a situação de ação tem uma posição central, pode ser entendida como a unidade básica de análise da qual as outras questões decorrem.

Por outro lado, isolar a situação não significaria desconsiderar o ambiente externo a ela. Para representar os efeitos do ambiente externo à situação de ação, três fatores são incluídos no *framework*, são eles: as condições biofísicas; atributos da comunidade; e regras em uso. Dado o interesse deste artigo em se debruçar sobre o desenho dos atributos da comunidade, as regras de uso e as condições biofísicas não serão desenvolvidas neste artigo.

Considerando as características dos atores já identificadas nos estudos em torno dos frameworks de Ostrom, os elementos e critérios de análise iniciais para compreender os atributos da comunidade, considerando a visão de Vandenberghe (2010), irão se constituir por uma dimensão em que estão as relações sociais estabelecidas entre os indivíduos e por outra dimensão composta pelas características dos atores (Quadro 1).

Quadro 1 – Critérios de análise dos atributos da comunidade na governança da água

Dimensão	Elemento	Critérios de análise iniciais	Autores
Relações sociais	Relações formais e informais	determinadas pelas normas e contratos entre as partes	Brodrechtova <i>et al.</i> , 2018
	Relações de competição	podem prejudicar a participação e resultados pela falta de confiança entre os atores	Donoso; Elsinga, 2018 Slavikova <i>et al.</i> , 2017
		levam ao isolamento dos atores e disputas pelos esforços de cada entidade	Slavikova <i>et al.</i> , 2017
		necessárias em situações nas quais colaboração não é o melhor caminho	Brisbois <i>et al.</i> , 2019
	Relações em redes de cooperação	baseadas em trocas de informação e conhecimento compartilhado entre os atores	Slavikova <i>et al.</i> , 2017 Brodrechtova <i>et al.</i> , 2018
		complementariedade ao invés de competição	Slavikova <i>et al.</i> , 2017
		criam sinergia para atingir os objetivos da governança	Slavikova <i>et al.</i> , 2017
	Relações de poder	criam uma dependência informal dos usuários pelo governo ou indústria	Brisbois <i>et al.</i> , 2019 Villamayor-Tomas <i>et al.</i> , 2019
		colocam usuários e organizações da sociedade civil em uma posição marginal nas negociações	Brodrechtova <i>et al.</i> , 2018
		permitem a ocupação de posições por critérios como classe ou gênero	Whaley, 2018
		deslegitimam atores que se recusam a participar do processo designado por atores mais poderosos	Brisbois <i>et al.</i> , 2019
		permitem a restrição de ações colaborativas por atores mais poderosos	Brisbois <i>et al.</i> , 2019
		acionam discursos (ex. neoliberal) para legitimar decisões	Brisbois <i>et al.</i> , 2019
Características dos Atores	Saliência	o nível de dependência do sistema pelos usuários	Ostrom, 2010
	Entendimento	todos compartilham a imagem de como o sistema opera	Ostrom, 2010
	Autonomia	o grau de autonomia na tomada de decisão	Ostrom, 2010
	Liderança	experiência organizacional prévia e empreendedorismo local	Ostrom, 2010 Poteete; Ostrom; Janssen, 2011
	Confiança	a reciprocidade entre os usuários	Ostrom, 2010
	Conflito	a existência de conflitos entre os usuários	Poteete; Ostrom; Janssen, 2011

Fonte: Elaboração própria

Os atributos da comunidade dizem respeito a questões mais gerais da comunidade na qual a situação é estabelecida, relacionados de certo modo aos costumes locais. Nesse sentido, são consideradas as informações sobre a constituição daquela comunidade, desde o histórico de interações já ocorridas, o grau de homogeneidade de atributos chave, o conhecimento e capital social desenvolvidos por aqueles que participam da governança ou que são afetados por esta. De maneira geral, os atributos da comunidade são entendidos como algo dado pelo contexto. No entanto, estes representam a complexa estrutura social na qual os atores estão inseridos, que

não é compreendida facilmente, e que, no entanto, caso seja bem compreendida, pode ter a capacidade de elucidar o potencial das interações.

Ostrom (2010) destaca que o nível em que a comunidade depende de um sistema de recurso, o quanto o entendimento sobre o sistema é compartilhado e o grau que a comunidade tem de autonomia para a tomada de decisão, são características fundamentais para entender o comportamento dos atores na governança. Outra característica importante, é a confiança. Na visão da autora, os indivíduos que são recíprocos constroem uma confiança que supera os dilemas sociais.

3. Procedimentos metodológicos

Esse artigo tem uma trajetória de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório-descritivo com método dedutivo de construção do conhecimento. Baseia-se na construção de um conjunto teórico do saber a partir de revisão da literatura para construir um arcabouço teórico (Quadro 1) que no ciclo seguinte é submetido a um conjunto de especialistas (Quadro 2) para crítica, e posteriormente analisado frente a um caso (Quadro 3).

Os dados coletados foram analisados seguindo a estrutura analítica da análise de conteúdo de Bardin (2016) já que essa abordagem de análise possibilita explorar os dados por um lado partindo de definições pré-concebidas, tais como as categorias construídas *a priori* teoricamente, como também, possibilita identificar e associar novas categorias através da interpretação do material textual.

Para garantir o rigor necessário com a realização da pesquisa foram adotados alguns critérios de qualidade. Em primeiro lugar, o uso dos movimentos de dedução e indução levam a um refinamento dos conceitos teóricos, por meio da reflexividade do pesquisador. Além disso, os ciclos metodológicos pressupõem uma abertura para novas descobertas, assim, se permitiu o surgimento de novas categorias ou novos conceitos a partir da pesquisa empírica.

Quadro 2 – Dados sobre a coleta de dados com especialistas

Sujeitos	Descrição	Duração da entrevista
Entrevista A	Professor da UFRGS, realizou pesquisa com movimentos sociais que buscam o acesso à água, durante o doutorado	23min 7s
Entrevista B	Professora da EACH/USP, participou de diversas pesquisas com comitês de bacia no estado de São Paulo	1h 33min 52s
Entrevista C	Funcionário da APAC, atua diretamente com os comitês e conselhos de bacia hidrográfica	1h 44min 33s
Entrevista D	Professor da UFRN, realizou pesquisa com comunidades atendidas pela ASA Brasil no Nordeste durante o mestrado	1h 07min 55s
Entrevista E	Professora da USP, realizou uma pesquisa com comunidades quilombolas em Minas Gerais durante o pós-doutorado	1h 14min 22s
Entrevista F	Funcionária da ASA Brasil, atua na área de comunicação da instituição em contato com as comunidades atendidas	1h 14min 24s
Entrevista G	Advogada, atua como consultora de organizações sociais para a elaboração de propostas de lei que visem a proteção da água	1h 31min 02s
Entrevista H	Jornalista, moradora de uma comunidade no interior de Minas Gerais que está em disputa pelo controle da água com a iniciativa privada	1h 12min 39s

Fonte: Elaboração própria

A escolha de um corpus representativo se constituiu como um importante critério a ser atendido, a seleção de um caso particular e de participantes relevantes a serem considerados nas entrevistas nessa pesquisa teve o intuito de assegurar a validade dos dados coletados. Ainda com relação aos dados, a adoção de diferentes fontes para a construção do corpus permitiu intrinsecamente a realização da triangulação destas fontes de modo a assegurar também a consistência desses dados.

Todos os dados coletados por meio de entrevistas foram transcritos e incluídos no software Atlas.ti versão 8.4 para a execução dos procedimentos de análise. A criação de códigos e categorização do conteúdo permitiu organizar os dados coletados de modo a operacionalizar as etapas da análise de conteúdo por meio das suas funcionalidades. A primeira análise de dados da transcrição das oito entrevistas com os especialistas resultou na geração de 28 códigos e 297 citações.

Após analisados os dados do ciclo de especialistas, o conjunto de indicadores e elementos de regras da governança foram confrontados com a realidade da comunidade indígena Fulni-ô localizada em Águas Belas, no agreste de Pernambuco, um povo que possui nascentes de água em seu território e se organiza autonomamente para utilizar esse recurso.

O território Fulni-ô é distribuído em 427 (quatrocentos e vinte e sete) lotes individuais, que totalizam uma área de 11.505 hectares distribuídos em três aldeias, uma é a aldeia urbana, que fica anexa a cidade de Águas Belas; as outras aldeias são o Ouricuri Velho (Aldeia Xixiakla) e o Ouricuri Novo, locais para qual os membros da comunidade se deslocam durante três meses por ano ficando isolados em um ritual sagrado. No centro do território está localizada a cidade de Águas Belas, que foi construída e habitada por não-indígenas que convivem com os indígenas com um contraste nos aspectos políticos, culturais/religiosos e sociais.

Quadro 3 – Dados sobre a coleta de dados no caso estudado

Material	Descrição	Duração
Entrevista X	Artesão e curandeiro, referência em apresentar as tradições da comunidade, realiza periodicamente encontros com não indígenas em sua oca	1h 02min 04s
Entrevista Y	Professor de geografia, realizou pesquisas sobre o solo do território pertencente aos Fulni-ô	39min 42s
Entrevista Z	Professor, Presidente do Conselho de Saúde Indígena Fulni-ô, também atua como diretor em uma escola e cursa Licenciatura Intercultural Indígena na UFPE	59min 49s
Entrevista W	Uma das principais lideranças escolhidas pela religião Fulni-ô	1h 14min 17s
Entrevista J	Agente Indígena de Saneamento, trabalha realizando a operação e manutenção da distribuição da água para comunidade	39min 01s
Entrevista K	Enfermeira, atualmente trabalha no posto de saúde indígena, mas já trabalhou como agente de saúde realizando visitas em casas da comunidade	32min 52s
Entrevista L	Vendedor de artesanato indígena, representante da cultura Fulni-ô em feiras e festivais	12min 51s
Documento I	Regimento Interno do Conselho de Saúde Indígena Fulni-ô	-

Fonte: Elaboração própria

Devido a proximidade da aldeia urbana com a cidade, é comum a presença de pessoas de fora da comunidade no cotidiano da aldeia trabalhando em algumas instituições como escolas e no posto de saúde, como também há presença de indígenas trabalhando, consumindo, interagindo em organizações de fora da aldeia. No entanto, um ponto a destacar no povo Fulni-ô é que, com relação ao sistema de abastecimento de água, desde a captação na barragem localizada na Serra do Comunaty, até a distribuição para a população aldeada todo o sistema é controlado exclusivamente por trabalhadores indígenas.

O acesso aos membros da comunidade Fulni-ô para a coleta de dados no segundo ciclo da pesquisa se deu inicialmente através do contato de um indígena Fulni-ô que intermediou a

autorização e chegada à comunidade. Através desse contato inicial, no entanto, foi possível saber que por questões de tradição do povo Fulni-ô e de suas crenças religiosas, toda a comunidade a partir do mês de agosto inicia as preparações e se recolhe em ritual durante os meses de setembro a dezembro, ficando inacessíveis para os não indígenas. Além disso, muitos deles, especificamente os membros mais atuantes na comunidade, estão parte do tempo fora da comunidade em congressos, fóruns, entre outros eventos, interagindo com outras comunidades e divulgando a cultura de seu povo.

A partir dos sujeitos contactados inicialmente foram realizadas duas visitas à aldeia urbana nas duas últimas semanas do mês de junho de 2023. Na primeira visita foi possível conhecer superficialmente a aldeia e realizar uma entrevista, e na segunda foram realizadas as entrevistas conforme descritas no Quadro 3. Na análise dos dados coletados no caso foi analisado um documento e seis transcrições de entrevista resultando em 31 (trinta e um) códigos e 337 citações.

4.2 Resultados

4.2.1 Características dos atores na visão dos especialistas em governança da água

O Quadro 1 oriundo da revisão da literatura foi apresentado ao conjunto de especialistas que com sua experiência diversificada foi possível explorar melhor os atributos da comunidade que influenciam os esquemas de governança da água não apenas no cenário do semiárido, como também em outros casos acompanhados por eles. A vivência com uma condição específica de atributos trouxe à luz novos elementos a serem explorados no contexto da governança dos recursos comuns (Quadro 4).

As manifestações observadas com a análise dos dados se refletiram na sucessão de modificações como a inclusão, alterações nos critérios avaliativos, agregação e exclusão de elementos nas categorias apontadas inicialmente. De uma maneira geral, as dimensões e elementos propostos inicialmente foram mantidas e confirmaram o potencial explicativo dos elementos do IAD Framework para entender o funcionamento de um sistema de governança da água.

Assim como colocado a princípio, os atributos da comunidade continuaram no estrato mais estrutural do ambiente social, conforme as evidências sugeriram, ratificando o que foi posto a princípio.

Evidências que confirmam cada um dos elementos do Quadro anterior foram trazidos pelos entrevistados, dentre os quais destacam-se aqueles novos elementos de análise adicionados à formulação inicial do conjunto de indicadores:

- (1) Cooptação: Um tipo de relação que extrapola as que já foram colocadas pela teoria foi trazida à tona pelo Entrevistado D.

Segundo ele, em um contexto de governança é comum identificar relações de cooptação, sobretudo da sociedade: “*Cooptação. Havia tentativa de vez em quando de cooptar a sociedade civil*” (Entrevistado D). Essa relação seria, inclusive, relacionada ao exercício do poder: “*Havia, algumas vezes, tentativa de uso do poder econômico para fazer algum tipo de cooptação, pra quem sabe com esse tipo de ação tornar mais simpática a relação*” (Entrevistado D).

A relação que é trazida à tona por esse especialista é um conceito tratado por outras abordagens teóricas. Na sociologia, Allen (1974) avalia a influência da cooptação nos resultados de grandes corporações e Burt, Christman e Kilburn (1980) aplicaram uma teoria para analisar a cooptação em mercados corporativos, por exemplo. Cooptação também é um conceito utilizado para compreender as relações entre o Estado e as corporações (ZHANG; GREVE, 2018) e como uma ferramenta utilizada para suprimir protestos e reforçar regimes autoritários (REUTER; ROBERTSON, 2015). No campo das organizações, Selznick (1948 op. cit. HININGS; GREENWOOD, 2015) conceituou a cooptação como um método utilizado por

líderes para reproduzir o seu poder sinalizando uma legitimação, essa perspectiva é utilizada na teoria institucional para analisar as relações de poder e atuação.

Quadro 4 – Quadro síntese da análise dos dados de entrevistas com especialistas

Dimensão	Elemento	Crítérios de análise após o segundo ciclo	Situação
Relações sociais	Relações formais	determinadas pelas normas e contratos entre as partes	permaneceu
	Relações de competição	podem prejudicar a participação e resultados pela falta de confiança entre os atores	permaneceu
		levam ao isolamento dos atores e disputas pelos esforços de cada entidade	
		necessárias em situações nas quais colaboração não é o melhor caminho	
	Relações em redes de cooperação	baseadas em trocas de informação e conhecimento compartilhado entre os atores	permaneceu
		complementariedade ao invés de competição	
		criam sinergia para atingir os objetivos da governança	
	Relações de poder	criam uma dependência informal dos usuários pelo governo ou indústria	permaneceu
colocam usuários e organizações da sociedade civil em uma posição marginal nas negociações			
permitem a ocupação de posições por critérios como classe ou gênero			
deslegitimam atores que se recusam a participar do processo designado por atores mais poderosos			
permitem a restrição de ações colaborativas por atores mais poderosos			
Cooptação	acionam discursos (ex. neoliberal) para legitimar decisões	foi incluído	
Características dos Atores	Saliência	aliciam os membros a acatar determinadas decisões	foi incluído
	Saliência	o nível de dependência do sistema pelos usuários	permaneceu
	Entendimento	todos compartilham a imagem de como o sistema opera	permaneceu
	Autonomia	o grau de autonomia na tomada de decisão	permaneceu
	Liderança	capacidade de moldar como vai acontecer a dinâmica do grupo	mudou critério
	Confiança	a reciprocidade entre os usuários	permaneceu
	Conflito	a existência de conflitos entre os usuários	permaneceu
	Aprendizagem	capacidade de aprender com as experiências	foi incluído
	Mediação	a existência de um indivíduo capaz de atenuar os conflitos	foi incluído
Cultura	a forma de compreender o mundo dos indivíduos de uma comunidade	foi incluído	

Fonte: Elaboração própria.

- (2) Aprendizagem: Um dos elementos novos apontados pelos entrevistados é a capacidade de aprendizagem dos atores. A aprendizagem no contexto da governança é um conceito que pode ser entendido como a capacidade de aprender questões instrumentais, políticas, de reflexão social ou simbólicas (GILARDI; RADAELLI, 2012).

Um exemplo de como a aprendizagem instrumental ocorre no cenário da governança pelos recursos hídricos pode ser representado pelo apontado pela Entrevistada F:

Aí faz todo um processo, [...] e aí as pessoas antes de receber, elas participam desses cursos entendesse? E aí normalmente são cursos de três dias, no

mínimo, e depois a cisterna é construída. E o processo de construção é envolvendo pedreiros locais entendesse? Então tinha muito processo de capacitação pedreiro e esses mesmos pedreiros [...] e assim, aí a família quando recebe a cisterna ela faz o curso, ela recebe também um material didático do curso.

Com o tempo, a comunidade vai aperfeiçoando as suas atividades para cuidar do recurso enquanto desenvolve novos conhecimentos tácitos e desenvolve outras formas de aprendizagem. Essa perspectiva de “aprendem a aprender” é observada nos cenários de governança em um nível institucional de análise (HAAS, P. M.; HAAS, E. B., 2008).

(3) **Mediação:** Foi percebido que em diferentes experiências os especialistas apontaram a existência de uma figura que era capaz de atuar mediando os conflitos.

O processo de mediação em si, que consiste em ter uma figura de mediador para intervir nas disputas por recursos de uso comum, tem se mostrado como uma alternativa eficiente para prevenir conflitos em diversas situações (EISENKOPF; BÄCHTIGER, 2013). Também é possível verificar a aplicação bem-sucedida do conceito de mediação na área de gestão pública e direito (SILVEIRA *et al.*, 2023). Para ilustrar como isso ocorre na governança da água, a Entrevistada E cita como isso se revela em algumas situações:

Às vezes eles falam nas reuniões assim ‘É, alguém tem que ir lá falar com o Fulano, porque ele tá cavando demais a barragem dele, tá descendo...’, tá dando erosão, né? [...] aí alguém vai lá, conversa com ele, sempre tem alguém que intermedia o conflito. Então os conflitos são resolvidos entre eles sempre com algum mediador, que é alguém que todo mundo gosta. (Entrevistada E)

É possível também identificar a característica de mediação associada à liderança, quando o próprio líder exerce também a função de mediador (RORRER; SKRLA, 2005). A presença de uma liderança que tenha a capacidade de mediação tem o potencial de melhorar o relacionamento entre o engajamento nas tarefas e o comportamento inovativo (WANG, *et al.*, 2019). Nas experiências acompanhadas pelo Entrevistado B, foi apontado que, algumas vezes, a liderança pode assumir esse papel de mediação.

Existem lideranças que... que conseguem convencer mais algumas pessoas do próprio grupo, né? E que ela se tornam referências para essas pessoas, né assim. [...] às vezes chega para a gente assim ‘poxa, eu não entendi o que que aquela pessoa...’ ajuda dessa forma, ‘o que é que agiu?’, ‘isso e tal’ e a gente tenta de alguma forma contornar a situação, né? Até porque o objetivo da gente é justamente não... não haver um conflito tão grande. (Entrevistado B)

(4) **Cultura:** é um elemento também inerente às características dos atores, que é trazido enfaticamente por alguns especialistas.

O conceito de cultura perpassa por diferentes áreas do conhecimento. A forma como a cultura pode influenciar arranjos de governança ainda não foi completamente explorada. Compreendendo a cultura como o modo de vida compartilhado por uma comunidade (TILIO, 2009), os especialistas entendem que os atores irão se comportar com relação a água a partir dessa compreensão coletiva do mundo. Essa observação leva a crer que as comunidades que possuem uma cultura diferente, irão estabelecer uma governança com características diferentes partindo das suas crenças compartilhadas. Segundo a entrevistada G,

Existem comunidades, especialmente as indígenas, que tem seus territórios se não demarcados, ocupados, onde possivelmente os cursos da água nasçam e passem por ali e fiquem talvez, acho que a maior parte ali ou faça uma conversão para um outro curso d’água que aí sai fora daquele espaço geográfico. Então, de modo que essa comunidade ela pode cuidar desse curso de água, segundo suas próprias práticas, né? Porque se a gente fala comunidade indígena, não é política, prática, são práticas místicas, né? Segundo uma, toda uma cosmovisão desses povos. (Entrevistada G)

A Entrevistada G coloca ainda que há um raciocínio diferente no caso das comunidades indígenas pois em sua cultura eles reconhecem os direitos da natureza e a forma como a natureza

se comporta. Na visão da entrevistada, que é compartilhada pelos povos indígenas, a natureza se expressa e exerce seu percurso independente da ação humana, desse modo, o ser humano é quem precisa se adaptar e encontrar meios para conviver com o curso seguido pela natureza. E a partir do entendimento sobre como se comporta a natureza, os povos indígenas seriam capazes de estabelecer um relacionamento com os recursos naturais, tal como a água, em uma ordem diferente da assumida pelo não-indígena.

Em suma, quanto às características inerentes aos atores, houve uma modificação na forma de compreender a liderança e o acréscimo de mais três elementos: cultura, mediação e aprendizagem. A utilização desses três conceitos para explorar a atitude comportamental dos indivíduos é ampla nas ciências sociais. Com isso, a inclusão desses elementos pretende ancorar melhor a compreensão dos atributos da comunidade na governança da água que foi validado na etapa seguinte junto à comunidade indígena pernambucana Fulni-ô.

4.2.2 Características dos atores fundamentadas no estudo de caso

Ao examinar como se comportam as características dos atores e as relações sociais estabelecidas entre eles na governança da água, os resultados sugerem que a compreensão sobre como esses elementos se formam leva a um entendimento mais esclarecido sobre como atuam os grupos diante de um recurso comum a ser compartilhado. O surgimento de novos elementos nos atributos da comunidade ao longo da pesquisa denota que essa categoria tem um potencial explicativo a ser explorado.

O modo como os indivíduos atuam em cada situação está imbricado sobretudo na formação social desses indivíduos, portanto, a cultura é um elemento essencial para a compreensão da atuação de um grupo no compartilhamento de um recurso. A depender dos valores e crenças compartilhadas, uma comunidade pode tanto seguir uma tendência de cooperação para a preservação de um bem comum, como pode, em dissonância, agir para a exploração e colapso desse mesmo recurso. O que vai definir qual será a propensão de um grupo agir por um caminho ou outro tem origem nas características particulares de cada indivíduo, moldadas em parte socialmente, e no conhecimento compartilhado pelos membros da comunidade através das relações estabelecidas entre eles.

Em princípio, percebe-se que ordinariamente o comportamento dos usuários na governança da água nesse contexto é influenciado por questões que estão postas antes mesmo da instituição de um sistema de governança, e são sustentadas por mecanismos que agem em um nível mais basilar do conhecimento. Ou seja, os indivíduos agem de acordo com pressupostos firmados subjetivamente em sua organização social e seguem as práticas tradicionais passadas de geração em geração, ao menos em uma condição (de isolamento, no caso dos indígenas). Com relação às características dos atores, as que foram percebidas na coleta de dados com especialistas permaneceram e foram validadas, e, adicionalmente, foi entendido que a sustentabilidade é um elemento que precisava ser considerado (Quadro 5).

No que tange a dimensão das relações sociais, a relação de (1) cooptação foi mantida como um elemento relevante, mesmo que não tenha se percebido com base nos dados coletados que essa seja um tipo de relação aplicada nesse contexto. Possivelmente essa relação está presente em grupos específicos, como o que foi acompanhado pelo Entrevistado D no segundo ciclo, e por isso sugerido por ele, mas não necessariamente se aplica a todos os casos de governança da água.

Quanto à (2) aprendizagem, foi observado que a convivência do povo Fulni-ô com os momentos antagônicos de abundância e escassez de água os levou a adaptarem-se com esse cenário: *“Então hoje se nós temos a nascente, hoje nós tamo com água, então a gente tem que cuidar, porque quando seca aquilo ali vem uma dificuldade muito grande, tendeu, e a gente preza por isso”* (Entrevistado X. A comunidade, além de compartilhar uma visão de seus antepassados sobre a água, revela um cuidado maior pelas experiências vivenciadas com a seca:

Quando passou seca, quando passou uma seca severa, ele aprendeu a ter cada vez mais respeito, responsabilidade e usar quando tem... usar água de modo racional mesmo. [...] Quer dizer, quando ele [o povo] levou esse arrocho, aí ele viu que a natureza castigava por conta disso. (Entrevistado W)

Quadro 5 – Quadro síntese da análise dos dados de entrevistas na Aldeia Fulni-ô

Dimensão	Elemento	Crítérios de análise após o terceiro ciclo	Situação
Relações sociais	Relações formais	determinadas pelas normas e contratos entre as partes	permaneceu
	Relações de competição	podem prejudicar a participação e resultados pela falta de confiança entre os atores	permaneceu
		levam ao isolamento dos atores e disputas pelos esforços de cada entidade	
	Relações em redes de cooperação	necessárias em situações nas quais colaboração não é o melhor caminho	permaneceu
		baseadas em trocas de informação e conhecimento compartilhado entre os atores	
		complementariedade ao invés de competição	
	Relações de poder	criam sinergia para atingir os objetivos da governança	permaneceu
criam uma dependência informal dos usuários pelo governo ou indústria			
colocam usuários e organizações da sociedade civil em uma posição marginal nas negociações			
permitem a ocupação de posições por critérios como classe ou gênero			
Cooptação	deslegitimam atores que se recusam a participar do processo designado por atores mais poderosos	permaneceu	
	permitem a restrição de ações colaborativas por atores mais poderosos		
	acionam discursos (ex. neoliberal) para legitimar decisões		
Características dos Atores	Saliência	aliciam os membros a acatar determinadas decisões	permaneceu
	Entendimento	o nível de dependência do sistema pelos usuários	permaneceu
	Autonomia	todos compartilham a imagem de como o sistema opera	permaneceu
	Liderança	o grau de autonomia na tomada de decisão	permaneceu
	Confiança	capacidade de moldar como vai acontecer a dinâmica do grupo	permaneceu
	Conflito	a reciprocidade entre os usuários	permaneceu
	Aprendizagem	a existência de conflitos entre os usuários	permaneceu
	Mediação	capacidade de aprender com as experiências	permaneceu
	Cultura	a existência de um indivíduo capaz de atenuar os conflitos	permaneceu
Sustentabilidade	a forma de compreender o mundo dos indivíduos de uma comunidade	foi incluído	
		a preocupação com os impactos da atuação humana no ambiente	

Fonte: Elaboração própria.

O aprendizado que provém da experiência indica que há no povo Fulni-ô uma capacidade de aprender através da realização uma reflexão social sobre os efeitos das ações na manutenção do recurso (GILARDI; RADAELLI, 2012). Na fala do Entrevistado Y, pode-se

perceber que o posicionamento adquirido pela comunidade parte de uma postura de combate diante das dificuldades enfrentadas:

As lições que tivemos foi a luta, a luta em prol dela, a luta para ter ela, a luta para a gente ser favorecido com a água, a luta com o governo para que invista para que nós temos nossa água. Isso é uma grande lição que eu aprendi né e venho aprendendo, [...] e vou incentivar os jovens, incentivar os amigos para a gente continuar lutando. (Entrevistado Y)

Uma coisa que é evidente no conhecimento adquirido pelos Fulni-ô ao longo do tempo é a noção que eles têm do comportamento da natureza, tal como foi indicado pela especialista Entrevistada G na etapa de coleta de dados com especialistas.

É inerente às crenças de povos indígenas como os Fulni-ô a compreensão de que a natureza tem seu funcionamento próprio e, independente da ação do ser humano, ela irá encontrar seu percurso. Esse ensinamento é passado adiante, na medida do possível, tanto para outros membros da comunidade, como para aqueles que de alguma forma interagem com eles, como relatado pelo Entrevistado W:

Tudo tem uma resposta quando você mexe com o que é a lei, o que está quieto, com a natureza. É isso, é esse argumento que a gente tem, que nós temos nossa religião, e começa daí, a doutrina vem daí. (Entrevistado W)

O conhecimento dos indígenas, e de outros povos tradicionais, se constrói de uma maneira diferente do conhecimento não indígena, seja científico ou mesmo proveniente de outras formas de conhecimento. O Entrevistado W expressa também como funciona à sua maneira de aprendizagem através das experiências, similar à perspectiva de aprendizagem para melhoria aplicada na governança internacional (HAAS; HAAS, 2008).

Sobre a presença de uma figura que é capaz de fazer a (3) mediação do debate e os conflitos existentes no grupo, da mesma forma que nas entrevistas com especialistas, esse elemento foi identificado tanto na figura do líder, como na figura de entes externos à liderança do grupo. Por um lado, a estrutura social da aldeia já coloca a liderança instituída em uma posição de mediador. Sendo assim, o processo de mediação é conduzido pelos próprios líderes que atuam como uma liderança inclusiva, do mesmo modo que foi trazido por Rorrer e Skrla (2005). No caso dos Fulni-ô, a dupla de líderes assume esse papel internamente, como é dito pelo Entrevistado X:

É, porque o pajé e um cacique, ele não é tirado assim pra ser o maior, tendeu, ele é tirado para poder conduzir da melhor forma a bem de todos, tendeu, e pra existir um controle dentro de uma comunidade tem que ter uma liderança, tendeu, essa liderança vai repassar o que recebe, essa liderança vai repassar o que necessita, essa liderança vai levar até onde pode vir algo pra nós com povo, a liderança só é liderança se tiver o povo. E o povo só tem a liderança se tirar uma liderança, tendeu? (Entrevistado X)

Por outro lado, o Entrevistado Y acrescenta que há também na comunidade uma figura que faz uma espécie de mediação externa, atuando como uma espécie de conciliador, do mesmo modo que aplicado na gestão pública. O coordenador designado pela Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), se apresenta como essa figura de mediação e, por ter um papel de atuação com relação às questões territoriais, costumava atuar sobretudo quando havia desvios de água pelos não-indígenas conforme a fala a seguir:

Nós temos nossa sede aí da Funai, o responsável por essas situações era ele. Pajé e cacique, eles nem se envolvia muito nessas questões. Ficava responsável que aquele funcionário da Funai, que era o coordenador chefe para tomar todas essas providências, inclusive notificar aquele não-índio que estava desviando água, notificar a justiça, ao ministério público federal. (Entrevistado Y)

A questão da (4) cultura como um elemento que molda as características dos atores se mostrou pertinente no caso dos Fulni-ô. De acordo com o Entrevistado J, a configuração implantada para o acesso a água é seguida por meio das tradições e costumes repassados a cada geração:

Rapaz, eu não sei nem explicar direito essa parte porque isso é uma coisa que já vem dos antepassados né? Nossos avô, pai, mãe, tal. Isso é uma questão que já vem de, de muitos anos. E do mesmo jeito que eu estou dizendo pra a senhora, é acompanhada por eles mesmo essa atividade de hoje, é do mesmo jeito que os antepassado fazia. Aí tudo isso, é uma coisa boa, bem normalmente bonita e bem-feita que eu, eu mermo eu acho, é desse jeito lá. (Entrevistado J)

Os sistemas de governança introduzidos por povos indígenas partem de bases culturais que formam os processos e práticas que irão conduzir a atuação dos grupos em torno dos recursos naturais (GARLING *et al.*, 2008). A influência do modo de vida da comunidade na forma de lidar com a água é marcante nas falas dos entrevistados da aldeia Fulni-ô, sobretudo quando se referem à vivência em ritual. Segundo o Entrevistado X o cuidado com a água parte da visão comum sobre o significado desse bem para a crença compartilhada:

Então a gente aqui não tem regra sobre isso aí, a gente tem consciência do que é sagrado. Porque primeiro de tudo, dentro da nossa comunidade como em várias outras etnia, é, a água leva o nome de sagrado. Sagrado, que pra nossa cultura é, a água da vida, a água nos limpa, nos purifica, tanto em nossos rituais sagrados, quanto fora dos nossos rituais. Então a água ela é cuidado com... mais que uma coisa qualquer. (Entrevistado X)

Para a religião Fulni-ô a água é interpretada como sendo um espírito e, portanto, precisa ser reverenciada e respeitada, assim como outras entidades da natureza.

Um elemento de análise emergiu através do contato com os Fulni-ô:

(5) Sustentabilidade: é colocada em uma posição prioritária quando se trata da preservação dos cursos de água e das nascentes encontradas no território, isso porque os atores que detém o controle de um recurso de uso comum se preocupam com as questões do meio ambiente e de preservação desse bem para as gerações futuras.

Pelo entendimento do Entrevistado Y a falta de preservação das nascentes faz com que a população sofra as consequências da escassez, mesmo estando em uma localização favorável para o acúmulo de água: *“Inclusive também Águas Bela sofre esse sofrimento de água hoje e temos uma minação. O que aconteceu foi a falta de revitalizações, a falta de preservações da nascente”* (Entrevistado Y).

Os indígenas do povo Fulni-ô assumem a responsabilidade de manter o equilíbrio do ambiente em que vivem não só no que se refere à água, mas também com relação a todos os recursos do meio ambiente. Dessa forma se identificam como guardiões dos recursos naturais, tal como é destacado pelo Entrevistado X.

Então eu sempre falo: enquanto existir povos indígena pras pesquisas que vai ser feita na terra, na água, nas árvores, no alimento, vocês ainda vão conseguir ter um pouco daquela essência, um pouco daquela pureza que o grande espírito, como é chamado na linguagem sagrada de Edjyadwa, como é conhecido pra vocês, Deus, fez. Porque quando ficar só sobre o controle do homem branco, vai ser tudo artificial, vai ser tudo a base do agrotóxico, vai ser tudo a base do remédio. Não vai ser a base do natural. Essa nossa área que nós tem, da água, existe um tratamento, mas existe uma nascente dela. (Entrevistado X)

Reforçando o que é dito pelo Entrevistado X, o Entrevistado W faz uma análise mais abrangente da questão sociopolítica e observa que as consequências da ação humana no meio ambiente têm o potencial destrutivo e que pode levar ao extermínio da própria raça humana. Na opinião desse entrevistado, as situações passadas com a escassez são consequência do desrespeito às leis naturais, e devem ser entendidas como lição para evitar provocar novamente desequilíbrios na natureza, como é descrito na fala:

Quer dizer, quando ele [o povo] levou esse arrocho, aí ele viu que a natureza castigava por conta disso. É por isso que a gente tem medo, não é medo de perder terreno [...] mas o medo maior da gente perder o direito da constituição lá, por conta desse Marco Temporal é exatamente o castigo da natureza, o que vem depois, que nós não sabe o que é que vem. [...] Nesse contexto de hoje, é diferente, depois... depois da ventania, o temporal, que pode acabar com a nossa nação. Não só falo isso em termo de indígena não, eu falo isso em termos do Brasil. Eu não estou querendo também

usar o Brasil como um eixo terrestre, não, mas se você for analisar pela Amazônia, por exemplo. Quando Amazônia se acabar pode, pode esperar os países vizinhos, tudinho vão se exterminando. (Entrevistado W)

A preocupação com as consequências do uso dos recursos do meio ambiente leva ao desenvolvimento de soluções sustentáveis que atendam desde as pequenas organizações, como um grupo exercendo a governança da água em seu território, bem como às grandes corporações, adotando práticas de governança corporativa (ELKINGTON, 2006). Os modelos de governança da água, em geral, são vistos como uma solução para atender aos objetivos do desenvolvimento sustentável (SOLANES; JOURAVLEV, 2006).

Tendo em vista que há uma concepção aceita de que a sustentabilidade, como objetivo, pode ser alcançada por meio da governança da água (PAHL-WOSTL, 2019), a lógica apresentada pelos dados coletados na aldeia Fulni-ô levam a uma compreensão de que é necessário que a sustentabilidade, como valor, seja inculcada na comunidade que exerce essa governança. Para os membros da aldeia Fulni-ô, de acordo com suas crenças e visão de mundo, a noção de sustentabilidade é também incorporada na educação das futuras gerações.

5. Considerações finais e contribuições

Ao examinar como se comportam as características dos atores na governança da água, os resultados parecem sugerir que a compreensão sobre como esses elementos se formam leva a um entendimento mais esclarecido sobre como atuam os grupos diante de um recurso comum a ser compartilhado. O surgimento de novos elementos nos atributos da comunidade ao longo da pesquisa denota que essa categoria tem um potencial explicativo a ser explorado.

Os atributos da comunidade continuaram no estrato mais estrutural do ambiente social, conforme as evidências sugeriram, ratificando o que foi posto a princípio. Os achados que surgiram dos resultados da coleta de dados, além das semelhanças com a atuação de grupos já observadas em outros cenários, trouxeram a noção de que as particularidades da convivência com a escassez e as características que compõem a estruturação social de uma comunidade são fatores essenciais para compreender como uma comunidade de povos tradicionais pode atuar para compartilhar a água como um bem comum no contexto do semiárido no Nordeste do Brasil.

O modo como os indivíduos atuam em cada situação está imbricado sobretudo na formação social desses indivíduos, portanto, a cultura é um elemento essencial para a compreensão da atuação de um grupo no compartilhamento de um recurso. A depender dos valores e crenças compartilhadas, uma comunidade pode tanto seguir uma tendência de cooperação para a preservação de um bem comum, como pode, em dissonância, agir para a exploração e colapso desse mesmo recurso. O que vai definir qual será a propensão de um grupo agir por um caminho ou outro tem origem nas características particulares de cada indivíduo, moldadas em parte socialmente, e no conhecimento compartilhado pelos membros da comunidade através das relações estabelecidas entre eles.

A experiência de investigação junto aos Fulni-ô sugere que, mesmo sendo um grupo de indígenas com um conhecimento milenar de preservação e compartilhamento de recursos, o contato com o não-indígena produziu hábitos e costumes que interferiram diretamente no uso da água. No cotidiano da aldeia, a captação, distribuição e uso da água segue os mesmos processos exercidos também pelas instituições públicas e privadas que cuidam do saneamento fora do território indígena. Esse comportamento similar ao não-indígena na forma como tratar a água parece mudar, no entanto, quando esses indivíduos estão isolados em ritual, vivendo imersos na sua cultura. A concepção da água na crença desse povo possui uma carga de significado espiritual que naturalmente guia o comportamento dos indivíduos para o compartilhamento e a preservação sustentável desse recurso.

Ainda que o caso analisado dos Fulni-ô traga uma especificidade no sentido do compartilhamento de uma cosmovisão dos indivíduos pertencentes a esse grupo, outras

evidências trazidas pelos especialistas levam a crer que outros tipos de grupos – como descendentes de quilombolas, comunidades rurais, entre outros – também são influenciados por suas crenças, sejam elas provenientes de matrizes africanas ou europeias sobre a ligação subjetiva que a comunidade tem com o território.

Não apenas a religião, mas cada elemento que compõe a tradição de uma comunidade como o modo de viver e os costumes que são compartilhados podem afetar a governança para além do que é institucionalmente formalizado. É o que podemos perceber com os exemplos: de grupos quilombolas acompanhados pela Entrevistada F possuem um comportamento diferente em relação a água construído através da vivência com a seca, que os levou a desenvolver um conhecimento próprio para sobreviver com uma quantidade menor de água disponível; e o caso da aldeia Fulni-ô, que tem por costume estabelecer uma liderança através da religião, mas que possui lideranças informais para assuntos específicos indicados pelo Datká e que podem ter papéis de destaque em situações de conflito com relação a água.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PERNAMBUCANA DE ÁGUAS E CLIMA, A. **Monitoramento dos reservatórios**. Recife: [s.n.], 2017.

ALLEN, M. P. The Structure of Interorganizational Elite Cooptation: Interlocking Corporate Directorates. **American Sociological Review**, 1974. v. 39, n. 3, p. 393–406.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARTON, D. N. *et al.* Payments for Ecosystem Services as a Policy Mix: Demonstrating the institutional analysis and development framework on conservation policy instruments. San Francisco, USA: **Environmental Policy and Governance**, set. 2017. v. 27, n. 5, p. 404–421. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/eet.1769>>.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BRISBOIS, M. C. *et al.* Augmenting the IAD framework to reveal power in collaborative governance – An illustrative application to resource industry dominated processes. Oxford, England: **World Development**, ago. 2019. v. 120, n. SI, p. 159–168. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.02.017>>.

BRODRECHTOVA, Y. *et al.* Using the politicized IAD framework to assess integrated forest management decision-making in Slovakia. Oxon, England: **LAND USE POLICY**, 2018. v. 79, p. 1001–1013.

BURT, R. S.; CHRISTMAN, K. P.; KILBURN, H. C. Testing a Structural Theory of Corporate Cooptation: Interorganizational Directorate Ties as a Strategy for Avoiding Market Constraints on Profits. **American Sociological Review**, 1980. v. 45, n. 5, p. 821–841.

CALAZANS, D. L. M. *et al.* Integrando a extensão universitária ao ensino e à pesquisa em Administração: sistematização de experiência junto a indígenas à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Administração: Ensino e Pesquisa**, 1 set. 2019. v. 20, n. 3, p. 563–608.

CREPALDE, A.; GRECHI, D. C.; SOUSA, R. "[...] o índio, ele não é isolado, ele é coletivo": a hospitalidade na perspectiva da etnia Kaiowá – MS. **HOSPITALIDADE**, 2022. v. 19, p. 519–549.

DONOSO, R. E.; ELSINGA, M. Management of low-income condominiums in Bogotá and Quito: the balance between property law and self-organisation. Oxon, England: **International Journal of Housing Policy**, 3 abr. 2018. v. 18, n. 2, p. 312–334. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14616718.2016.1248608>>.

EISENKOPF, G.; BÄCHTIGER, A. Mediation and Conflict Prevention. **Journal of Conflict Resolution**, 28 ago. 2013. v. 57, n. 4, p. 570–597.

ELKINGTON, J. Governance for Sustainability. **Corporate Governance: An International Review**, 24 nov. 2006. v. 14, n. 6, p. 522–529.

GARLING, S. *et al.* **Contested Governance: Culture, power and institutions in Indigenous Australia**. [S.l.]: ANU Press, 2008.

GILARDI, F.; RADAELLI, C. M. Governance and Learning. *In*: LEVI-FAUR, D. (Org.). **The Oxford Handbook of Governance**. [S.l.]: Oxford University Press, 2012.

HAAS, P. M.; HAAS, E. B. Learning to Learn: Improving International Governance. **International Environmental Governance**. 1. ed. [S.l.]: [s.n.], 2008, p. 1–30.

HEIKKILA, T.; GERLAK, A. K. Working on learning: how the institutional rules of environmental governance matter. 2-4 Oxon, England: **Journal of Environmental Planning and Management**, 2 jan. 2019. v. 62, n. 1, p. 106–123. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09640568.2018.1473244>>.

HININGS, C. R. (Bob); GREENWOOD, R. Missing in Action: The Further Contribution of Philip Selznick to Contemporary Institutional Theory. **Institutions and Ideals: Philip Selznick's Legacy for Organizational Studies**. [S.l.]: [s.n.], 2015, V. 44, p. 121–148

KUZMA, J. *et al.* A roadmap for gene drives: using institutional analysis and development to frame research needs and governance in a systems context. Oxon, England: **Journal of Responsible Innovation**, 24 jan. 2018. v. 5, n. sup1, p. S13–S39. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23299460.2017.1410344>>.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. 1. ed. Cambridge: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 1990.

OSTROM, E. COPING WITH TRAGEDIES OF THE COMMONS. **Annual Review of Political Science**, jun. 1999. v. 2, n. 1, p. 493–535. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.polisci.2.1.493>>.

PAHL-WOSTL, C. The role of governance modes and meta-governance in the transformation towards sustainable water governance. **Environmental Science & Policy**, 2019. v. 91, p. 6–16.

POTEETE, A. R.; OSTROM, E.; JANSSEN, M. A. **TRABALHO EM PARCERIA: AÇÃO COLETIVA, BENS COMUNS E MÚLTIPLOS MÉTODOS**. São Paulo: SENAC, 2011.

- REUTER, O. J.; ROBERTSON, G. B. Legislatures, cooptation, and social protest in contemporary authoritarian regimes. **Journal of Politics**, 1 jan. 2015. v. 77, n. 1, p. 235–248.
- RORRER, A. K.; SKRLA, L. Leaders as Policy Mediators: The Reconceptualization of Accountability. **Theory Into Practice**, fev. 2005. v. 44, n. 1, p. 53–62.
- SILVEIRA, R. M. Da C. *et al.* Soluções para problemas públicos em juízo: Uma prática interdisciplinar entre Campo de Públicas e Direito. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, 3 abr. 2023. v. 28, p. e86370.
- SLAVIKOVA, L. *et al.* Local environmental NGO roles in biodiversity governance: a Czech-German comparison. Warsaw, Poland: **GEOSCAPE**, jun. 2017. v. 11, n. 1, p. 1–15.
- SOLANES, M.; JOURAVLEV, A. **Water governance for development and sustainability**. Santiago: Serie Recursos Naturales e Infraestructura, 2006.
- TILIO, R. REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE CULTURA. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, 2009. v. 7, n. 28, p. 35–46.
- URTIGA, M. M. B. De A. *et al.* Modelo de alocação e negociação de recursos hídricos em regiões semiáridas. Salvador: [s.n.], 2013.
- VANDENBERGHE, F. **Teoria social realista: um diálogo franco-britânico**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.
- VILLAMAYOR-TOMAS, S. *et al.* Diagnosing the role of the state for local collective action: Types of action situations and policy instruments. Oxon, England: **Environmental Science & Policy**, jul. 2019. v. 97, p. 44–57. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1462901118308918>>.
- WANG, Yi-Xuan *et al.* The mediating role of inclusive leadership: Work engagement and innovative behaviour among Chinese head nurses. **Journal of Nursing Management**, 9 maio. 2019. v. 27, n. 4, p. 688–696.
- WHALEY, L. The Critical Institutional Analysis and Development (CIAD) Framework. POSTBUS 80124, URTRECHT, 3508 TC, NETHERLANDS: **International Journal of The Commons**, 2018. v. 12, n. 2, p. 137–161.
- ZHANG, C. M.; GREVE, H. R. Delayed Adoption of Rules: A Relational Theory of Firm Exposure and State Cooptation. **Journal of Management**, 1 nov. 2018. v. 44, n. 8, p. 3336–3363.
- ZIMMERLI, E. R.; SIENA, O. Conflitos socioambientais decorrentes da construção das Usinas de Santo Antônio e de Jirau no Rio Madeira. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, 2013. v. 7, n. 3, p. 89–104.